

**HABEAS CORPUS Nº 493.268 - SP (2019/0041659-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : PEDRO FORKERT DE MORAES LEME**  
**ADVOGADO : PEDRO FORKERT DE MORAES LEME - SP0369770**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : VANTOIR ARAUJO**

**DECISÃO**

**VANTOIR ARAÚJO** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que, ao reformar a sentença absolutória, deu provimento ao recurso do Ministério Público, nos autos da Apelação n. 0004989-18.2012.8.26.0038, a fim de condená-lo como incurso no art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, à pena de 3 anos de reclusão, em regime inicial aberto, substituindo a pena privativa de liberdade por prestação pecuniária.

Neste *writ*, a defesa alega a **ausência de justa causa**, visto que não foi feita perícia na munição apreendida.

Pede, inclusive liminarmente, o **trancamento do processo**.

**Decido.**

Inicialmente, consigno que o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito

**Com a condenação do paciente**, evidencia-se a **impossibilidade de conhecer do pedido de trancamento do processo**, conforme pacífica jurisprudência desta Corte Superior, *in verbis*:

[...]

2. No caso, importa reconhecer que o pedido de trancamento do processo por falta de justa causa para o exercício da ação penal e inépcia da denúncia restou prejudicado pela superveniência de sentença condenatória nos autos do processo-crime. Precedentes.

3. Eventual inconformidade do réu com a condenação deverá ser objeto de impugnação em nova via processual, pois o Magistrado sentenciante, ao formar a sua convicção condenatória, baseou-se em provas produzidas durante a instrução criminal, ou seja, com fundamento em elementos fático-probatórios distintos daquelas que embasaram a denúncia, os quais, sobretudo, sequer foram objeto de exame pela Corte de origem. [...]

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 223.667/SP, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 14/8/2018)

Ademais, cumpre salientar que a tese defensiva – necessidade de perícia da munição a fim de comprovar a lesividade do ato imputado – é frontalmente repudiada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que afirma "não ser necessária perícia para atestar potencialidade lesiva do artefato, justamente em razão da natureza do delito" (HC n. 411.835/MG, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 9/10/2017).

À vista do exposto, **indefiro liminarmente** este habeas corpus, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**